

M MAIO
MÊS DA
POPULAÇÃO

ÍNDICE



6 NOTA INTRODUTÓRIA

7 Sumário Executivo do Estudo "DETERMINANTES DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL"

9 NÚMEROS E OPINIÕES PARA INÚMERAS INTERROGAÇÕES

19 OS FILHOS SÃO BOA POLÍTICA?

Fecundidade e políticas públicas.

21 Ideias inspiradas no estudo

23 Testemunhos com assinatura

35 MAIS VALE TARDE DO QUE NUNCA?

Parentalidades tardias e Infecundidade.

37 Ideias inspiradas no estudo

39 Testemunhos com assinatura

47 MENOS É MAIS?

Filho único.

49 Ideias inspiradas no estudo

51 Testemunhos com assinatura


61 QUEM MANDA TER FILHOS?

Homens e mulheres no momento da decisão.

63 Ideias inspiradas no estudo

65 Testemunhos com assinatura





No contexto do ciclo de debates "Ter ou não ter, quais as questões?" e de modo a que a discussão aconteça de forma informada e esclarecida, a Fundação Francisco Manuel dos Santos reuniu um conjunto de factos, análises e opiniões sobre padrões e tendências dos nascimentos e da fecundidade em Portugal.

PREPARE-SE PARA O DEBATE

NOTA INTRODUTÓRIA

A sociedade em que vivemos é composta pela população que formamos, pelas relações que estabelecemos e pelas nossas circunstâncias históricas, nacionais e internacionais. A população... somos nós! É, por isso, um tema que interessa a todos. Pensar e construir a sociedade exige o conhecimento das tendências demográficas em curso e os seus efeitos sobre as próximas gerações. Inspirados neste conceito e na necessidade de sensibilizar e promover um debate, tão alargado quanto possível, sobre as questões da população, a Fundação Francisco Manuel dos Santos dedica o mês de Maio à População.

Em Maio de 2016, o Mês da População irá focar-se nos nascimentos e fecundidade em Portugal. Portugal regista actualmente um dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa e do mundo, resultado da redução dos nascimentos e do adiamento da parentalidade para idades mais tardias. Hans Rosling, fundador do Gapminder, e que esteve presente na conferência que a Fundação organizou em Setembro de 2015 para celebrar os 5 anos da Pordata, elegeu mesmo o número de filhos por mulher como o dado mais saliente sobre o Portugal de hoje.

Quatro grandes debates integram o programa das iniciativas para o mês de Maio de 2016: “Fecundidade e políticas públicas: os filhos são boa política?”; “Parentalidades tardias e infecundidade: mais vale tarde do que nunca?”; “Filho único: menos é mais?”; “Homens e mulheres no momento da decisão: quem manda ter filhos?”

Esta publicação pretende ser mais um contributo para informar o debate público sobre as questões associadas ao facto de se terem ou não filhos e, como tal, para promover opiniões livres inspiradas no conhecimento dos factos. Deste modo, e para além do programa, encontram-se aqui reunidos alguns factos estatísticos sobre o assunto, ideias inspiradas no estudo científico “Determinantes da Fecundidade em Portugal”, coordenado por Maria Filomena Mendes, e testemunhos breves, com assinatura de cada um dos 18 oradores participantes nos vários debates, sobre os temas em análise.

Acredito que este conjunto de trilhos servirá para prolongar a reflexão necessária sobre a sociedade em que vivemos, desta vez a pretexto dos nascimentos e da fecundidade em Portugal.

Maria João Valente Rosa

Coordenadora da área da População da FFMS

DETERMINANTES DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

ESTUDO REALIZADO A PARTIR DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO À FECUNDIDADE DE 2013, NO ÂMBITO DE UM PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O INE E A FFMS.

Portugal regista actualmente um dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa e do mundo, resultado da redução dos nascimentos e do adiamento da parentalidade para idades mais tardias. A decisão de ter ou não ter filhos é uma decisão íntima, tomada pelos indivíduos, pelos casais, na privacidade da sua vida familiar.

Porém, essas decisões não são alheias às características individuais e aos contextos sociais e familiares, os quais naturalmente se reflectem nos ideais, desejos e expectativas de fecundidade presente e futura. As mulheres com níveis de escolaridade mais elevados apresentam uma maior intenção de ter mais filhos, apesar de serem as que actualmente têm menos.

Por outro lado, embora mais de metade das pessoas espere finalizar o seu período reprodutivo com dois filhos, o filho único está a adquirir grande relevância, sendo que a excessiva dedicação do pai à actividade profissional pode tornar-se um obstáculo à transição para se ter o segundo filho, ou seja esta decisão parece estar também condicionada à possibilidade de uma maior presença do pai junto dos filhos pequenos e à partilha com a mãe das responsabilidades domésticas e familiares.

Quanto ao retardar do projecto de parentalidade, este comportamento é potenciado por vários factores como o prolongamento dos estudos, o momento da entrada no mercado de trabalho, a instabilidade ou inexistência de uma relação conjugal, a saída tardia de casa dos pais, o discordar de ter um filho é essencial para a realização pessoal ou o acreditar ser preferível ter menos filhos de modo a poder assegurar-lhes melhores oportunidades para o futuro e educá-los com menos restrições.

Em contrapartida, aqueles que têm mais de dois irmãos na sua família de origem ou que consideram que a mãe não deve trabalhar são mais susceptíveis de anteciparem a entrada na parentalidade.

São múltiplas as dimensões que interferem nos muito baixos níveis de fecundidade observados, as quais são escrutinadas ao longo do estudo “Determinantes da fecundidade em Portugal”, a partir dos resultados do Inquérito à Fecundidade de 2013, realizado no âmbito de um protocolo celebrado entre o INE e a FFMS. No quadro do país em que apenas 8% da população em idade fértil não tem nem tenciona vir a ter filhos e em que 43% das pessoas tencionam ainda ter filhos até ao final do seu período reprodutivo, mesmo que em idades mais tardias, este estudo contribuirá, por certo, para o debate mais sustentado e informado sobre a fecundidade em Portugal.



NÚMEROS E OPINIÕES PARA INÚMERAS INTERROGAÇÕES

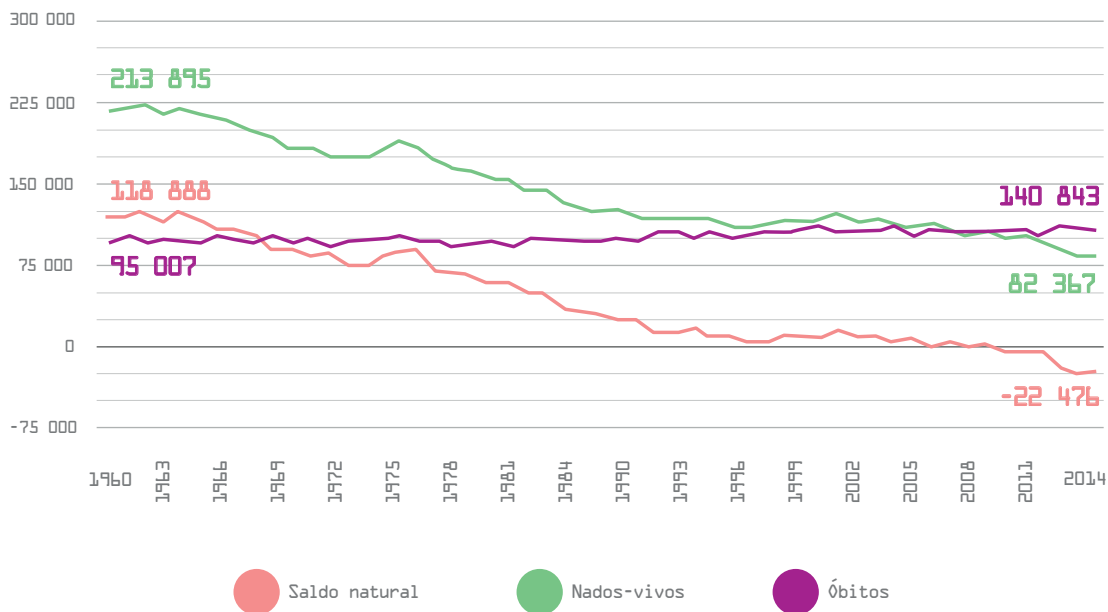


PORTUGAL EM DECRÉSCIMO "NATURAL"

Em Portugal, o número de nascimentos foi em 2007 e a partir 2009 sempre inferior ao número de óbitos. Desde 1960 que tal nunca tinha acontecido.

Nados-vivos, óbitos e saldo natural em Portugal

Fontes: INE/ Pordata

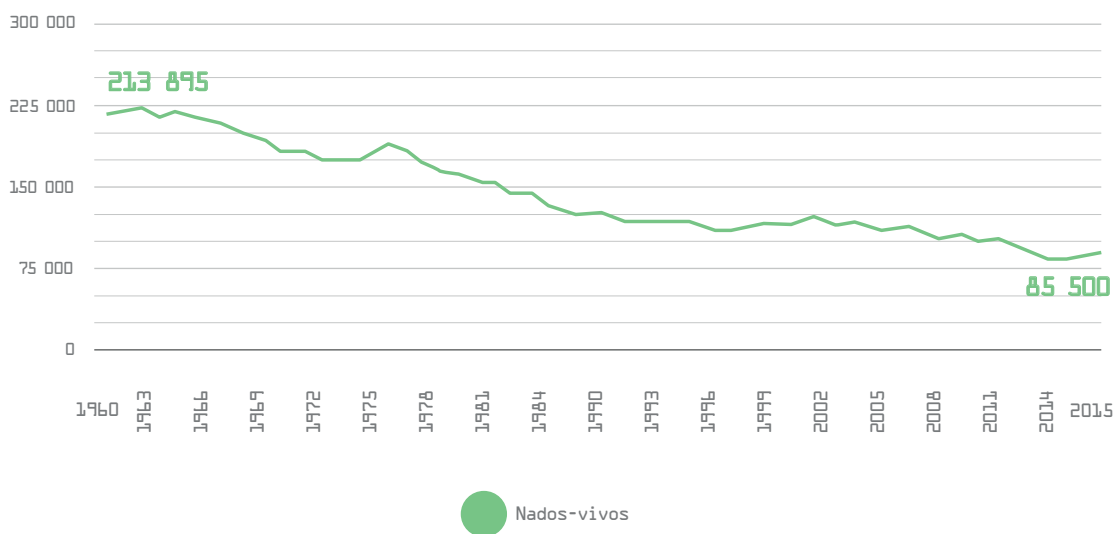


NASCEMOS CADA VEZ MENOS

Em Portugal, o número de nascimentos tem vindo a diminuir ao longo do tempo. Em 2015, nasceram menos de metade das crianças do que no início dos anos sessenta.

Nados-vivos em Portugal

Fontes: INE/ Pordata

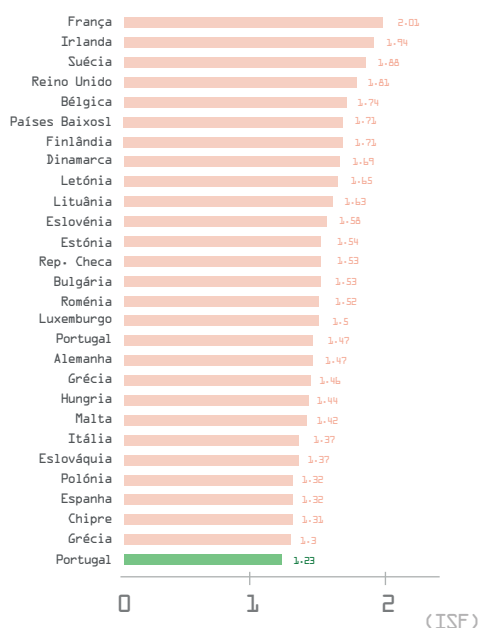
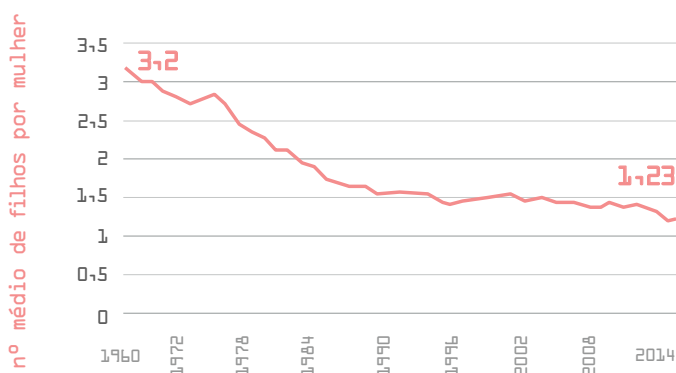


NÃO RENOVAMOS AS GERAÇÕES

Portugal perdeu a capacidade de renovar gerações em 1982. Embora actualmente todos os países da UE28 tenham níveis de fecundidade inferiores a 2,1, Portugal é o país da UE com o mais baixo número médio de filhos por mulher.

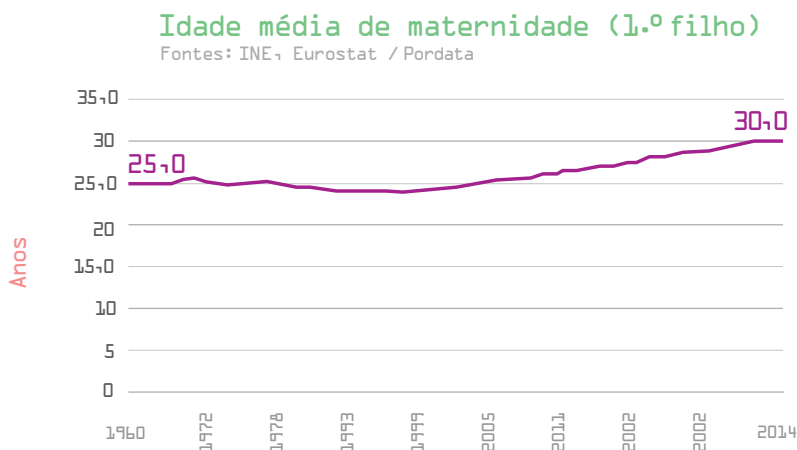
Índice Sintético de Fecundidade (ISF)

Fontes: INE, Eurostat / Pordata

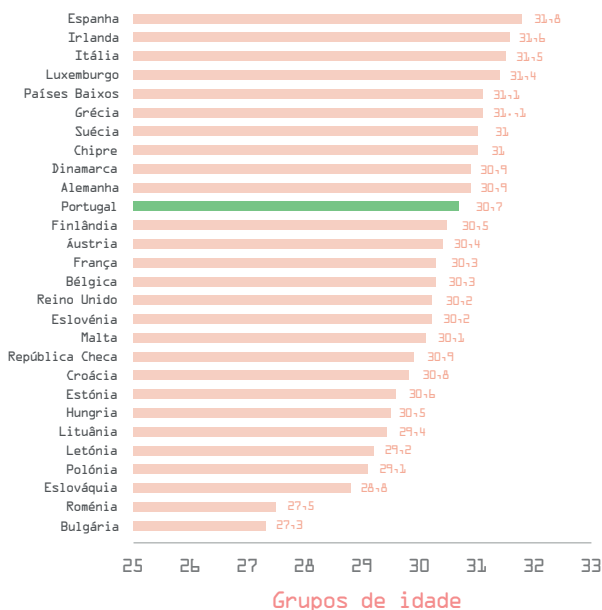


TEMOS FILHOS CADA VEZ MAIS TARDE

A partir de meados dos anos 80 as mulheres, em Portugal, têm vindo a adiar o nascimento do 1.º filho. Desde 1960 que a idade média das mulheres ao nascimento do 1.º filho nunca foi tão alta. Na União Europeia, Portugal é o 12.º país com a idade média de maternidade mais elevada.



Idade média de maternidade - 2014

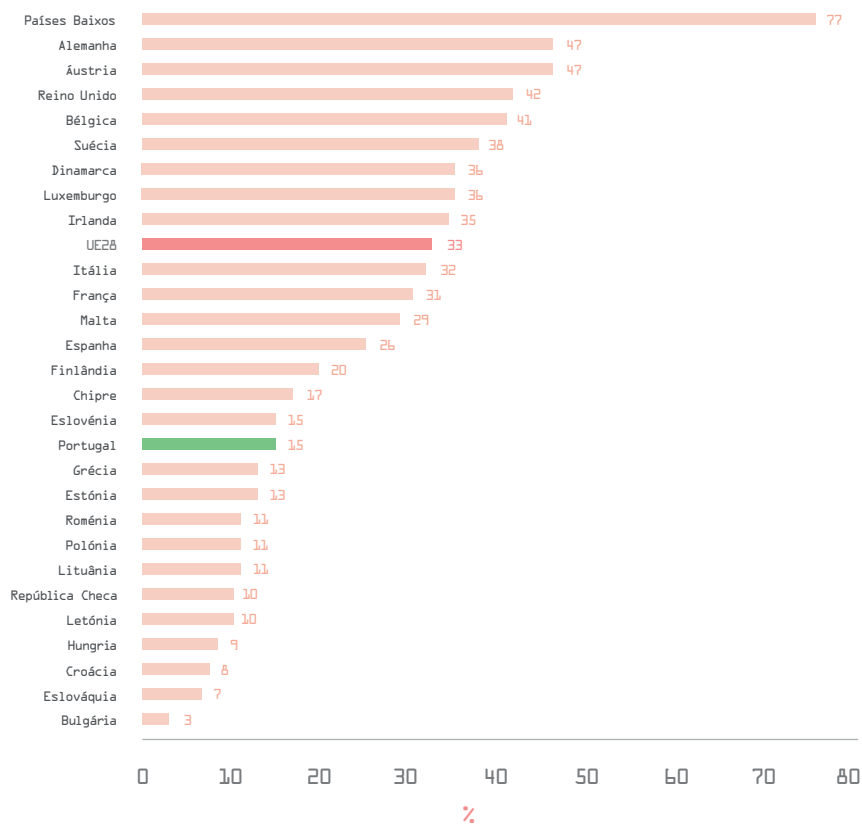


A MAIORIA DAS MULHERES EMPREGADAS TRABALHA A TEMPO INTEIRO

Em Portugal, a percentagem de mulheres empregadas a trabalhar a tempo parcial é relativamente baixa no quadro dos países da União Europeia.

População empregada feminina a tempo parcial (%)-2014

Fontes: Eurostat / Pordata

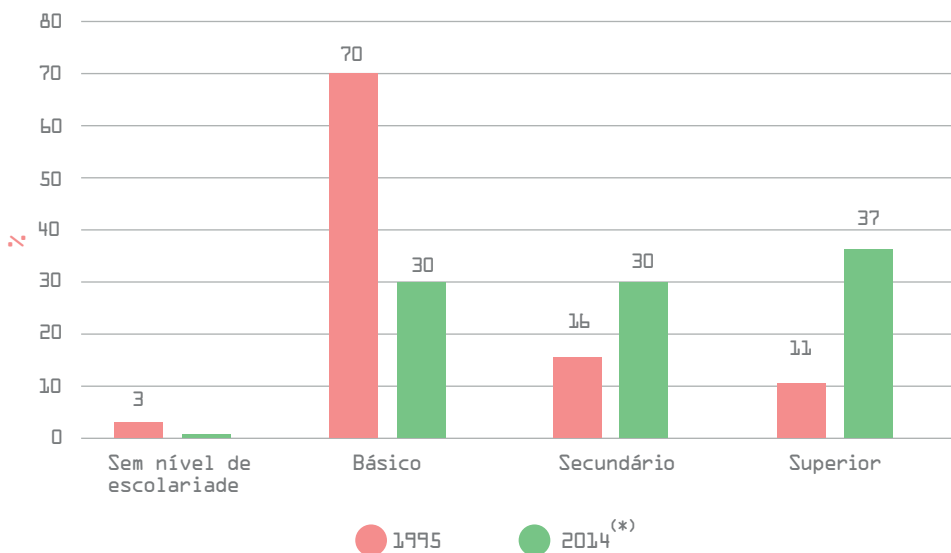


NASCER COM MÃES MAIS ESCOLARIZADAS

Se em meados dos anos 90, para a maioria dos nascidos as mães tinham o ensino básico, actualmente os níveis de escolaridade das mães mais representados são o ensino secundário e superior.

% Nados-vivos por nível de escolaridade da mãe

Fontes: INE / Pordata



(*) 3% das mães têm nível de escolaridade ignorado em 2014

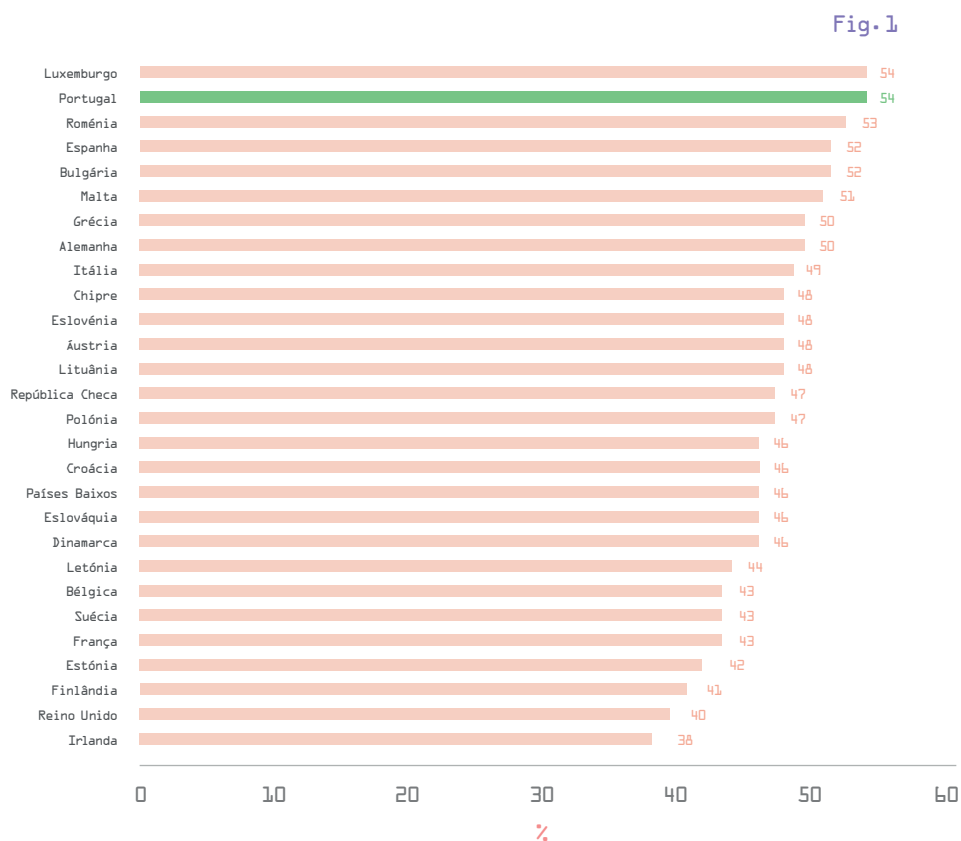
NASCER COM MENOS IRMÃOS BIOLÓGICOS

Em Portugal, a maioria dos nascidos são primeiros filhos das mulheres. Portugal é um dos países da União Europeia onde esta situação apresenta níveis mais significativos. (Fig. 1)

Portugal apresenta maiores percentagens de primeiros filhos no total de nascimentos de mulheres com 25-29 anos, 30-34 anos ou 35-39 anos. (Fig. 2)

% Primeiros filhos no total de nascimentos (mães)- 2014

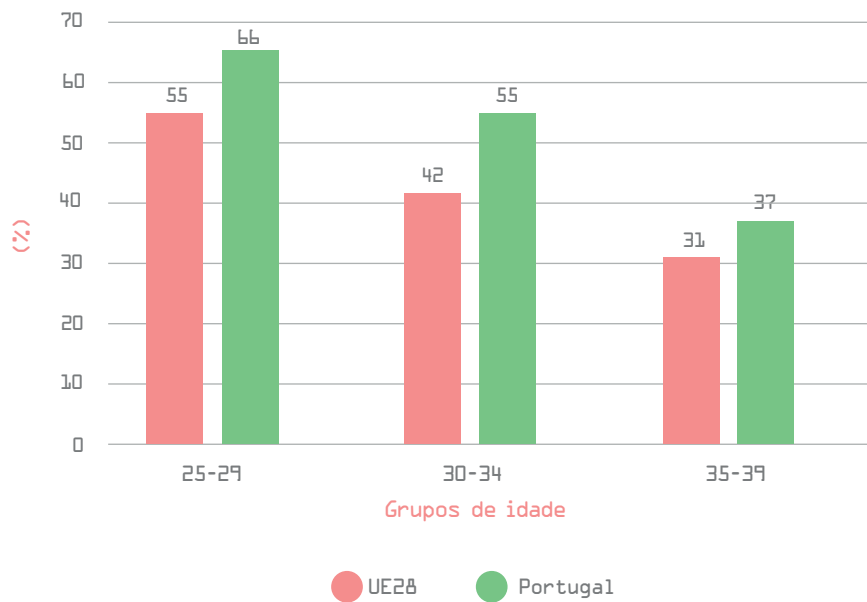
Fontes: Eurostat / Pordata



% Primeiros filhos no total de nascimentos (mães)- Portugal e UE28 - 2014

Fontes: INE/ Pordata

Fig. 2



06 MAIO 2016 | 15.00 | DEBATE

AUDITÓRIO 3 DA NOVA MEDICAL SCHOOL
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

OS FILHOS SÃO BOA POLÍTICA?

FECUNDIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS



MODERADOR: RICARDO COSTA

COM: DEPUTADOS DO PSD, PS, BE, CDS/PP, PCP
e COORDENADORA DO ESTUDO Maria Filomena Mendes

A decisão de ter ou não ter filhos é uma decisão íntima, tomada pelos indivíduos, pelos casais, na privacidade da sua vida. Porém, estas decisões, com reflexos na sociedade, não são alheias aos ambientes familiares de origem e aos contextos sociais em que se vive. Qual deverá, então, ser o papel dos partidos políticos? A lei deve proteger mais a família ou o indivíduo?

OS FILHOS SÃO BOA POLÍTICA?

FECUNDIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

PADRÕES E TENDÊNCIAS DOS NASCIMENTOS
E DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

FECUNDIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS. OS FILHOS SÃO UMA BOA POLÍTICA?

São os países com maior desenvolvimento económico e social, níveis de educação da população feminina mais elevados e com maior taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho aqueles que registam uma inversão do declínio da fecundidade, apresentando taxas mais elevadas.

◊ aumento da fecundidade coexiste com a circunstância das mães manterem uma vida profissional activa. Concomitantemente, alguns autores apontaram o facto desta associação se verificar particularmente naqueles países em que, a par do crescimento económico, as políticas de família garantiram maiores níveis de igualdade entre homens e mulheres.

Em Portugal, em 2013, o grupo de indivíduos que ainda não experienciou a parentalidade (38,5% da população residente nas idades férteis) divide-se em dois subgrupos distintos: de um lado, existem aqueles que não tencionam experimentar a parentalidade (8,3%) e, de outro lado, os que mantêm expectativas de virem a ser pais (29,2%). Será este segundo conjunto, constituído maioritariamente por jovens com menos de 30 anos e que acalentam o desejo de maternidade ou paternidade, que deve ser alvo de intervenção política com o objectivo de se incentivar a sua fecundidade ou de a antecipar.

Como os pais nutrem uma elevada expectativa na mobilidade social ascendente dos seus filhos, pode-se supor que políticas públicas que suportem amplamente o apoio a mais elevados níveis de ensino também poderão ser benéficas para a fecundidade, embora não devam ser pensadas apenas como políticas de cunho pró-natalista.

(...) muitas vezes, o número de filhos tidos no final do ciclo reprodutivo fica aquém da intenção, por incapacidade da sua realização plena, devido a condições de vida e circunstâncias adversas e inultrapassáveis. Neste sentido, a intervenção do estado, através da definição de políticas públicas e da implementação de medidas concretas e dirigidas a estes cidadãos, pode contribuir eficazmente para se aumentarem as capacidades de concretização das intenções de quem pretenda vir a ter (mais) filhos.





PSD

FECUNDIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Portugal e a generalidade dos países europeus debatem-se com o duplo dilema do envelhecimento da população e da diminuição da taxa de natalidade. A conjugação destes dois factos, que marcam de forma indelével o panorama da demografia europeia, coloca um desafio na promoção de políticas públicas, uma vez que torna prioritária a necessidade de se lidar com a questão da renovação geracional, da coesão social e também da sustentabilidade dos sistemas de segurança social, de saúde, de educação, económico-financeiro e do povoamento do território.

Muitas destas alterações estruturais destacam a estrutura da família e as tendências de mudança nas relações de conjugalidade e nas relações de parentalidade, que não podem ser desconexas do tema em apreço. Mas também incidem sobre os processos e formas de vida de família, interagindo com os setores do trabalho, da educação e da saúde.

A tendência para o “filho único” acentua-se progressivamente, sendo que há um adiamento da maternidade, o que significa a vinda do primeiro filho em idades mais tardias, comprometendo a possibilidade do segundo filho.

A sociedade de “filho único” representa, atualmente, a descendência de cerca de metade dos casais com filhos, verificando-se igualmente que, noutros casos, tem vindo a aumentar o período de tempo entre o primeiro e o segundo filho.

É por isso importante reconhecer que estes desafios populacionais fazem parte do agregado de desafios estruturais com os quais a sociedade portuguesa se confronta, obrigando os partidos políticos a identificarem os factos e as tendências na evolução e dinâmicas da população, mas sobretudo a encontrarem soluções.

Nesse sentido, o PSD promoveu um amplo debate sobre as questões da natalidade, tendo sido o partido que tomou a dianteira nestas questões e que apresentou um conjunto de medidas legislativas, quer na Assembleia da República, quer no XX Governo Constitucional. Pode destacar-se, como exemplo, o quociente familiar em sede de IRS, que foi a medida mais importante para proteger as famílias com filhos e avós a cargo, em 25 anos de existência deste imposto e que foi sensível à dimensão do agregado familiar. Foi errado reverter essa política. O alargamento e diversificação dos cuidados formais na primeira infância ou a ampliação do plano de vacinação são outros exemplos de que o PSD se pode orgulhar e que correspondem à proteção da família.



São necessárias muitas medidas adicionais que removam os obstáculos à natalidade, que favoreçam a harmonização entre a vida profissional e a vida familiar, que permitam uma participação efetiva dos pais na vida dos filhos, nomeadamente no que toca ao acompanhamento do seu percurso escolar, que melhorem os apoios à primeira infância, que favoreçam um envolvimento da família mais alargada, como sejam os avós, ou que considerem a questão da habitação.

O nosso objetivo é claro: queremos um Estado mais amigo das famílias e que se oriente pela preocupação de remover os obstáculos à natalidade.

O desafio demográfico com que nos confrontamos tem causas económicas, sociais e culturais, mas tem-se agravado de forma severa com a crise que o País atravessa nos últimos anos e com a emigração maciça de jovens que, arrastados para fora do País pela ausência de oportunidades de vida, enfraquecem ainda mais a população ativa e a natalidade. Importa favorecer a natalidade, bem como uma gestão adequada da política de imigração e de retorno dos emigrantes que foram, nos últimos anos, forçados a abandonar o País.

Sabemos que a diminuição da taxa de natalidade é um problema comum à generalidade dos estados europeus, sendo também necessária uma resposta à escala europeia, tanto mais que as causas deste fenómeno são multifacetadas. Todas as dimensões de uma Europa integrada que protege os seus cidadãos, as crianças e as famílias e que lhes confere efetivos direitos, estão interligadas e dependem de uma estreita cooperação e de uma melhor articulação na geometria das políticas nacionais para se atingirem objetivos que são estratégicos e comuns.

O PSD continuará a bater-se por uma agenda que remova os obstáculos à natalidade e que dê condições para que o desejo de constituir ou alargar a família seja cada vez mais uma certeza e uma realização.





PS

Para o PS qualquer discussão sobre o problema da natalidade e o papel das políticas públicas deve ter em conta cinco pontos fundamentais:

1. A diminuição do número de filhos tem uma dimensão civilizacional no sentido em que é consequência do desenvolvimento das sociedades, em geral, e da conquista dos direitos das mulheres, em particular. No entanto, há uma outra dimensão a valorizar: a ambição das famílias, dos homens e das mulheres relativamente ao número de filhos que gostariam de ter. Em Portugal, os homens e as mulheres têm menos filhos do que os que gostariam de ter e é neste diferencial que se cria o espaço para a definição de uma estratégia de promoção da natalidade.
2. No domínio da definição das políticas públicas com o objetivo de se promover a natalidade, vários estudos nacionais e internacionais referem três eixos fundamentais:
 - I. Investimento a estruturas de apoio às famílias, com prioridade à primeira infância;
 - II. Política de rendimentos (desde logo através de apoios sociais e medidas fiscais);
 - III. Adoção de medidas que favoreçam a conciliação da vida profissional, familiar e privada (desde logo através da legislação laboral).
3. Contudo, na atual situação que o país, as pessoas e as famílias enfrentam, a promoção de políticas públicas nas três áreas referidas é insuficiente para contrariar os fatores que influenciam e determinam negativamente a natalidade em Portugal. Dentro destes fatores o PS destaca o problema da precariedade, da predominância dos vínculos precários que se prolongam na idade das pessoas. Hoje é claro que a situação de precariedade de muitas trabalhadoras e de muitos trabalhadores se tem vindo a aprofundar, não afetando apenas os jovens no primeiro emprego mas também e cada vez mais os jovens adultos, num período das suas vidas que coincide com os anos determinantes na decisão de terem ou de não terem filhos. Definir uma estratégia para combater e alterar esta realidade é assim essencial, urgente e determinante para a eficácia de qualquer plano de promoção da natalidade e de apoio às famílias.
4. O programa do atual Governo do PS define uma estratégia específica para enfrentar o desafio demográfico, que combina três eixos de intervenção e de políticas: o eixo e as políticas da natalidade, do retorno dos emigrantes e da imigração.



5. A estratégia do PS e do Governo para enfrentar o desafio demográfico deve ser enquadrada e analisada dentro da estratégia global para o nosso país que orientará todos os Orçamentos do Estado desta legislatura, de recuperação do emprego, de valorização dos salários retomando a prioridade da qualificação dos portugueses, de reforço dos apoios sociais às famílias e da redistribuição do rendimento, de dinamização do diálogo social.



BLOCO DE ESQUERDA

FAZER CAMINHO

A problemática da fecundidade cruza-se com debates mais vastos, nomeadamente sobre as escolhas relativas ao modelo de desenvolvimento, ao regime do emprego e de relações laborais, às políticas públicas de igualdade e aos mecanismos de proteção da parentalidade. Assim, sem se ter em conta a dinâmica profunda de precarização das relações laborais, a instalação de um desemprego estrutural que foi agravado pelas políticas de austeridade, a vaga migratória que, só nos últimos anos, expulsou do país mais de 400 mil pessoas (muitas das quais jovens em idade fértil), a persistência de um padrão de desigualdades elevado e a degradação dos serviços públicos ocorrida nos últimos anos, é impossível ter-se uma intervenção capaz de inverter as atuais tendências no que diz respeito à fecundidade.

A parentalidade é, naturalmente, uma escolha dos indivíduos: não cabe ao Estado impor ou confinar as opções de vida das pessoas. Mas cabe ao Estado e à comunidade política garantir que as escolhas se façam num contexto de liberdade, sem serem determinadas por fatores de desigualdade económica e social, como tem acontecido. Não é por isso um acaso que seja nos países em que os subsídios de apoio à família são mais pequenos, em que o tempo de licença parental é menor e em que os valores de igualdade de género são mais baixos, que se verifiquem índices sintéticos de fecundidade menores.

Em Portugal é necessário um passo de gigante nesta área. As mulheres têm um ganho médio mensal 21,1% inferior ao dos homens (CITE, 2014). Ou seja, as mulheres têm de trabalhar mais 77 dias para receberem o mesmo que os homens ganham num ano. A distribuição do trabalho doméstico dificilmente poderia ser mais desigual: 328 minutos por dia para elas, 96 para eles. A existência de filhos condiciona o recrutamento ao nível laboral e as mulheres têm a percepção de que essa condição as penaliza – o que é inaceitável do ponto de vista democrático.



Ficam, por isso, algumas pistas sobre medidas urgentes.

- Combater a precariedade no trabalho, porque há uma geração inteira que nunca conheceu um contrato de trabalho e que salta entre biscates, estágios, falsos recibos verdes e trabalhos a prazo ou temporários, não podendo planear a sua vida e estando presa a um permanente estado de stand-by. Sem contratos de trabalho não há direitos nem proteção, e as mais generosas medidas de proteção da parentalidade ficam pura e simplesmente sem qualquer aplicação.
- Apostar no investimento público para a criação de emprego, sem o qual continuaremos a assistir à saída de milhares de pessoas do país, não por vontade mas por necessidade e por não encontrarem aqui as condições de fazerem a sua vida e de terem a sua autonomia.
- Combater a desigualdade de género, na lei e na prática, penalizando a discriminação que continua a existir, reforçando a ação inspetiva da Autoridade para as Condições de Trabalho relativamente a estas matérias e lutando contra o sexismo que continua a ser a matriz das nossas sociedades.
- Reforçar a proteção na infância e políticas públicas de igualdade, quer as que dizem respeito, por exemplo, à oferta pública de creches, quer as que se prendem com o sistema de ensino, como a existência de pequeno-almoço para todas as crianças do primeiro ciclo ou a partilha e gratuidade dos manuais escolares.
- Reforçar a proteção na parentalidade, aumentando a licença parental do pai e da mãe, equiparando-os nas dispensas ao serviço para consulta pré-natal e assistência a filho, aumentando o valor do subsídio parental inicial e os períodos de dispensa para aleitação, estimulando a partilha dos cuidados dos bebés entre os progenitores, valorizando a diversidade das famílias que existem, alargando as técnicas de procriação medicamente assistida sem qualquer discriminação, estendendo os direitos relacionados com a assistência a filhos relacionados com riscos específicos e situações de vulnerabilidade.

Com estas medidas resolveríamos tudo, como num passe de mágica? Certamente que não. Mas se as tomarmos, estaremos a caminhar na direção certa.





CDS

NATALIDADE

Em 2006 nasceram em Portugal apenas 105 351 bebês, menos 4106 que em 2005.

Trata-se do número mais baixo desde 1935, ano a partir do qual há estatísticas oficiais sobre a matéria. O índice de fecundidade baixou de 1,4 para 1,36 filhos por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos), situando-se bastante abaixo dos 2,1 necessários para a reposição das gerações. Desde meados da década de sessenta que se observa uma diminuição da natalidade. Mas, porventura, foram estes os números que fizeram soar, definitivamente, a sirene de alarme e colocar a questão entre nós com uma centralidade nova. A baixa natalidade e o aumento da esperança média de vida concorrem decisivamente para o envelhecimento da população, trazendo problemas transversais muito relevantes e que a todos tocam. O fenómeno de queda da natalidade não é nosso, é conhecido e partilhado na Europa e, em geral, nos países mais desenvolvidos. A taxa de fecundidade média na União Europeia, em 2005, era de 1,5, não conseguindo, nenhum Estado-membro chegar aos 2,1 filhos por mulher. Neste momento é um tema incontornável na agenda política europeia.

Excertos do Relatório "Natalidade - o desafio português"
(Grupo de Missão do CDS-PP, 2007).



A questão da demografia e, em particular, da natalidade, é hoje encarada como um problema político sério a dever ser assumido pelas políticas públicas. Apesar de conscientes da complexidade do problema da natalidade – irremediavelmente ligado a questões mais vastas, como a educação, a habitação, o emprego e o crescimento económico ou os apoios sociais – o incentivo do aumento da natalidade em Portugal deve estar no centro das prioridades das políticas públicas.

Defendemos quatro grandes linhas de atuação: (i) eliminação de todas as discriminações negativas que afetam a família, (ii) flexibilização laboral no sentido de promover uma melhor articulação entre a família e trabalho, (iii) assunção de uma lógica de solidariedade intergeracional e (iv) promoção da responsabilidade social das empresas.

Precisamos de uma fiscalidade amiga da família. Assistimos hoje a uma crescente penalização do casamento, claramente desincentivador da natalidade. Uma fiscalidade amiga da família é uma fiscalidade neutra e proporcional que não se encarregue de afastar as pessoas do casamento, da paternidade ou da maternidade.

Precisamos de um sistema laboral amigo da família que encontre mecanismos que estimulem uma melhor articulação entre a família e o trabalho. Neste sentido, e entre outras medidas, defendemos um maior acolhimento da jornada contínua ou do modelo de trabalho parcial para as empresas.

Precisamos igualmente de uma Segurança Social amiga da família. Quem tem três ou mais filhos já está a contribuir de forma positiva para o sistema social, pelo que faz sentido que o Estado as diferencie excecionalmente, em particular no momento da reforma. A introdução do fator de sustentabilidade está em ligação direta com o aumento da esperança média de vida e a falta de renovação das gerações. Quem contribui para essa renovação deve poder ver o seu contributo reconhecido.

Precisamos de empresas amigas das famílias. É sobretudo no que toca aos equipamentos do ensino pré-escolar que se denota um claro e forte entrave ao alargamento do núcleo familiar. De facto, Portugal está dotado de uma rede claramente insuficiente para as necessidades e claramente incapaz de servir, mais que não seja, os que menos têm e mais precisam. A rede que temos assenta essencialmente nas IPSS e no esforço que estas instituições fazem. Entendemos que o Estado deve incentivar fortemente as empresas a não só contribuírem, através de donativos, para estes equipamentos, mas, sobretudo, a concertarem-se, com o empenho ativo das autarquias, no sentido de os criarem. Soluções deste tipo, junto ao local de trabalho da mãe ou do pai, poderão constituir uma motivação adicional para o trabalho, além de promover o acréscimo de tempo diário de contacto entre os trabalhadores e os seus filhos.

Defendemos a criação de um ambiente político e social favorável à família. Sabemos que a natalidade está ligada a muitas áreas diferentes e que a aposta só será ganha se a questão for assumida com centralidade na política governativa. As experiências de outros países demonstram não só que é urgente, mas também que é possível inverter a queda da natalidade. O problema da natalidade a todos interessa e a todos afeta.





PCP

«Hoje ter filhos não é um direito, é um privilégio» concluía o Inquérito à Fecundidade de 2013. No nosso país, constituir família e ter o número de filhos desejados não é para quem quer, é para quem pode.

Sem dúvida que se registam alterações importantes relacionadas com a progressiva modificação do papel da mulher na sociedade: o acesso aos mais elevados graus de ensino, o aumento significativo das suas qualificações, a crescente inserção no mundo do trabalho e a ocupação de áreas, categorias, cargos e profissões que antes lhes estavam vedados; com impactos na idade média das mulheres para o nascimento do primeiro filho ou no número de filhos por mulher.

Mas é inquestionável que milhares de mulheres e casais desejariam ter filhos e são impedidos, na prática, de os terem, não por opção própria, mas pela crescente degradação das suas condições de vida e de trabalho que resultam diretamente de opções políticas tomadas por sucessivos governos e agravadas, de forma particularmente dramática, nos últimos quatro anos.

O reconhecimento da função social da maternidade, na Constituição, coloca como um dever do Estado a proteção e garantia deste direito fundamental. No entanto, os tempos que vivemos de baixa natalidade são inseparáveis dos impactos das políticas que têm sido seguidas e que promoveram a emigração, o desemprego, a precariedade da vida, o desrespeito e violação dos direitos de maternidade e paternidade nos locais de trabalho, os baixos salários, a desregulamentação e o aumento do horário de trabalho, a falta de equipamentos de apoio à infância a custos acessíveis.

O problema de redução do número de nascimentos exige medidas multissetoriais, com particular incidência nas questões económicas e sociais.







Textos com assinatura de:

Nilza de Sena - Deputada do PSD

Sónia Fertuzinhos - Deputada do PS

José Soeiro - Deputado do BE

Filipe Lobo d'Ávila - Deputado do CDS/PP

Rita Rato - Deputada do PCP



06 MAIO 2016 | 15.00 | DEBATE
AUDITÓRIO 3 DA NOVA MEDICAL SCHOOL
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

MAIS VALE TARDE DO QUE NUNCA?

PARENTALIDADES TARDIAS E INFECUNDIDADE

MODERADOR: CARLOS VAZ MARQUES

COM: ANA NUNES DE ALMEIDA,
EMBAIXADOR JEAN-FRANÇOIS BLAREL,
FERNANDA CÂNCIO, MIGUEL OLIVEIRA DA SILVA
E MARIA FILOMENA MENDES

Segundo o Inquérito à Fecundidade de 2013, cerca de 8% dos homens e das mulheres em Portugal não têm nem pensam vir a ter filhos. Por outro lado, a parentalidade acontece cada vez mais tarde na vida das pessoas, comportamento que é potenciado por vários factores como o prolongamento dos estudos, o momento da entrada no mercado de trabalho, a instabilidade ou inexistência de uma relação conjugal, a saída tardia de casa dos pais, o discordar de que ter um filho é essencial para a realização pessoal ou o acreditar ser preferível ter menos filhos de modo a poder assegurar-lhes melhores oportunidades para o futuro e educá-los com menos restrições. Afinal o que pode ficar comprometido na decisão de não ter filhos ou de os ter muito tarde?

MAIS VALE TARDE DO QUE NUNCA?

PARENTALIDADES TARDIAS E INFECUNDIDADE

PADRÕES E TENDÊNCIAS DOS NASCIMENTOS
E DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

INFECUNDIDADE E PARENTALIDADE TARDIAS. MAIS VALE TARDE DO QUE NUNCA?

(...) o declínio da fecundidade em Portugal é inicialmente marcado pela redução do número de filhos e, a seguir, pelo adiamento da fecundidade para idades cada vez mais tardias.

Em 2013, 38,5% dos indivíduos em idade fértil ainda não tinham filhos biológicos. (...) 8,3% esperam permanecer sem filhos no termo da sua vida reprodutiva, enquanto 29% esperam ficar sem filhos apenas temporariamente.

(...) se, por um lado, os mais jovens ainda podem protelar o nascimento dos filhos para idades mais tardias, o avançar da idade tende a reduzir as intenções de fecundidade, fazendo com que aqueles que atinjam idades mais avançadas sem vivenciarem a parentalidade sejam mais susceptíveis de nunca a experienciar.

(...) a infecundidade pode ser o desfecho final de consecutivos adiamentos e de uma maior relutância em se terem filhos nas idades mais avançadas, quando os "limites sociais" parecem anteceder os limites.

Embora a infecundidade (i.e., os que não têm nem tencionam ter filhos) não pareça ser a força motriz da baixa fecundidade portuguesa, o facto é que a ocorrência deste evento tem vindo a intensificar-se em muitos países desenvolvidos, ao mesmo tempo que a procriação vem deixando de ser considerada como uma função inerente aos percursos individuais e dos casais, tornando-se, antes, função das suas preferências.

Neste âmbito, a autorrealização e a felicidade dos indivíduos nem sempre estão dependentes da presença de filhos.

São os indivíduos sem irmãos, ou com apenas um irmão, os que mais tardiamente transitam para a parentalidade (...).

(...) apesar dos prolongamentos das trajectórias escolares conduzirem a um inegável adiamento da fecundidade (...) não conduz nem ao desejo de se terem menos filhos, nem ao objectivo de se ter apenas um filho como descendência final.

(...) é notória a existência de uma idade reconhecida como "socialmente adequada" para se terem filhos, que se encontra muito abaixo do limite biológico em termos de fertilidade (...).

A "idade socialmente aceitável" encontra-se delimitada tanto em termos de limite superior, como de limite inferior, ou seja, actualmente existe nas camadas jovens uma definição clara das idades em que (ainda) "não se tem idade para ter filhos", tal como para os mais velhos se admite que a partir de uma determinada idade (já) "não se tem idade para ter filhos".





ANA NUNES DE ALMEIDA^(*)

O discurso dominante sobre a queda da fecundidade no Ocidente europeu, com enorme visibilidade na agenda mediática, cai quase sempre numa visão pessimista sobre as pessoas e as sociedades contemporâneas. Não raro, encara-se esse recuo com um sentimento de perda, face a uma “idade de ouro” do passado em que tudo parecia correr bem: casamentos duradouros, muitos filhos, famílias sólidas e moralmente virtuosas. Na queda actual dos nascimentos vê-se assim um sinal preocupante e sombrio de egoísmo dos indivíduos, crise na família, ou mesmo de ausência de valores.

Ora vale a pena olharmos para os números e para os indicadores com algum distanciamento e profundidade. A ciência ajuda-nos a duvidar destes saberes feitos e apressados sobre as coisas. Constrói, com instrumentos próprios e metodologias rigorosas, conhecimento sobre a realidade, sempre submetido a uma lógica de prova. E o que nos pode dizer a sociologia, a história e a demografia, para mencionar apenas alguns dos ramos do vasto universo das ciências sociais?

A queda da fecundidade associa-se, historicamente, a um novo sentimento da infância e a uma nova imagem da criança, que a coloca no centro das preocupações dos adultos; à emergência de uma família relacional e afectiva, fortemente apostada no bem-estar e na escolarização dos seus filhos; e, mais recentemente, apoiada na contracepção médica e eficaz, a novas representações sobre o corpo e a identidade femininos. Ter filhos deixou de ser um destino ou uma fatalidade; é hoje uma decisão de indivíduos livres, numa vida a solo ou inseridos nas mais diversas formas familiares. A queda dos índices de fecundidade não pode deixar de se associar a um recuo impressionante dos indicadores da mortalidade infantil ou da mortalidade das mulheres em idade fértil; a uma melhor saúde dos bebés, das grávidas e das mães. Como também não pode ser desligada de relações mais igualitárias entre homens e mulheres, nos casais e na sociedade em geral. A fecundidade constitui um campo fortemente marcado por escolhas e matrizes de valores trazidas pelo processo de individualização em sociedades onde se veio a reforçar o protagonismo as mulheres e o reconhecimento dos direitos da criança. Há, portanto, um lado luminoso nesta tendência – demasiadas vezes ignorado – que marca, tão especialmente, Portugal no século XXI.

O olhar desapaixonado da ciência é sempre uma mais-valia num debate. Contribui para desconstruir o senso comum. Ajuda a compreender os valores que guiam os comportamentos individuais ou colectivos, a explicar regularidades ou pontos de ruptura. Situa-os e compara-os no tempo e no espaço. Fornece aos cidadãos instrumentos de reflexão e de escolha. Aceite o convite: procure, pergunte, estude e venha debater connosco!

(*)

Socióloga, investigadora coordenadora do ICS-ULisboa.



EMBAIXADOR JEAN-FRANÇOIS BLAREL^(*)

OBJECTIVOS DA POLÍTICA FAMILIAR EM FRANÇA

São muitos os objectivos fixados em relação à política familiar. Podem identificar-se dois objectivos tradicionais: contribuir para a renovação das gerações através de uma política de apoio à natalidade e manter o nível de vida das famílias, apesar dos custos inerentes ao nascimento e à educação das crianças.

Mais recentemente, para fazer face às evoluções sociais e para as acompanhar, a política familiar integrou dois novos objectivos: promover a articulação entre vida familiar e vida profissional, para que os pais de filhos pequenos possam continuar a trabalhar, e prestar apoio aos pais ajudando as famílias que se encontram em situação relacional e educativa difícil com os seus filhos.

NÚMEROS CHAVE

A taxa de fecundidade em França é a mais elevada da UE com 2,01 filhos por mulher em 2014, segundo o Eurostat.

Em 2011, a OCDE estimava o esforço francês em matéria de política familiar em 4% do PIB.

Com uma média nos países da OCDE de 2,9%, só a Irlanda, o Reino Unido e a Islândia lhe consagram um orçamento superior ao da França.

OS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA FAMILIAR AS PRESTAÇÕES FAMILIARES

As prestações familiares são ajudas financeiras concedidas aos que educam as crianças. Em 2015 existiam oito prestações familiares, estando cada uma delas sujeita a condições de atribuição específicas. As despesas com prestações familiares representaram 32,6 mil milhões de euros em 2014, dos quais 13,1 mil milhões de euros a título de abonos de família (ou seja, 40% das despesas) e 12,9 mil milhões a título da PAJE - Prestação de acolhimento da criança (ou seja, 39%).

(*)

Embaixador de França em Portugal.



AS DESPESAS DE ACÇÃO SOCIAL EM PROL DAS FAMÍLIAS

As despesas de acção social incluem prestações extralegais, prestações em espécie ou despesas de intervenção social. As prestações de acção social pagas às famílias correspondem aos serviços prestados pelas assistentes do serviço social e puericultoras a domicílio, às intervenções das auxiliares domésticas, assim como às ajudas para férias.

Das prestações em espécie, constam as contribuições para equipamentos ligados ao acolhimento das crianças (creches, infantários, centros de lazer). Em 2013 o governo anunciou a criação nesta área de 275 000 novos lugares de acolhimento para as crianças com menos de 3 anos até 2017.

◊ QUOCIENTE FAMILIAR

O quociente familiar, que visa ter em conta os encargos suplementares inerentes à existência de filhos, é uma singularidade do sistema fiscal francês que vem completar o quociente conjugal e que corresponde à divisão do rendimento líquido total pelo número de partes atribuídas em função do número de filhos, antes de lhe aplicar a taxa marginal do escalão correspondente.

A vantagem fiscal que resulta da aplicação do quocientefamiliar tem um tecto máximo (1500 euros em 2015).



ENFOQUE SOBRE A IDADE MÉDIA DAS MULHERES AQUANDO DO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO E A INFECUNDIDADE VOLUNTÁRIA

Em França, a idade média das mulheres aquando do nascimento do primeiro filho atinge os 28,3 anos em 2014, ou seja, uma idade inferior à média europeia que é de 28,8 anos em 2014, segundo a Eurostat, e é de mais quatro anos do que em 1967, quando as mulheres se tornavam mães aos 24,2 anos. O aumento da idade aquando do nascimento do primeiro bebé foi muito rápido desde meados dos anos 70 até ao final dos anos 90, para o que contribuiu o desenvolvimento da contracepção e o acesso à interrupção voluntária da gravidez. Continuou a verificar-se uma subida mas a um ritmo mais lento.

Segundo um inquérito de 2014, 4,3 % das mulheres francesas afirmam não ter filhos e não quererem ter. Esta proporção é estável desde há cerca de vinte anos.

Não existe qualquer dispositivo de política familiar que vise agir especialmente sobre o recuo da idade para se ter o primeiro filho ou sobre a opção de não se terem filhos.



FERNANDA CÂNCIO^(*)

UMA BARRAGEM CONTRA O PACÍFICO

O declínio na fecundidade, fenómeno típico das sociedades ocidentais abastadas, é um aparente contra-senso: quanto mais meios e conforto as pessoas têm, menos filhos querem ter.

As explicações habituais para esta constatação costumam incluir termos como “egoísmo”, “hedonismo” e, geralmente sob outras vestes, “feminismo”.

Egoísmo porque ter filhos, e em quantidade, seria uma obrigação “natural” (o religioso “dom da vida”) e, do ponto de vista económico/social, um bem e uma necessidade para a colectividade/país, pelo que corresponderia a uma espécie de evidência de generosidade; não os ter resultaria, pois, do contrário: “só pensar em si próprio” e no seu “prazer”.

Feminismo – englobado no egoísmo, mas este só das mulheres – porque a responsabilidade essencial (ou “culpa”) na decisão de ter ou não ter filhos seria das mulheres.

Não só porque são elas que têm, do ponto de vista físico, os filhos e, com a existência de contraceptivos “invisíveis” como a pílula, detêm os meios para controlar unilateralmente a sua fecundidade, como porque cuidar e criar a prole surge como “natural” tarefa delas; logo, se há menos filhos é porque as mulheres estão “a negar a sua função primordial”, são “egoístas”, quiçá “preguiçosas”. Aliás, é comum estabelecer-se uma relação directa – e não raro pesarosa – entre a “libertação da mulher” e a quebra da natalidade: mulheres “presas” tinham mais filhos; em teoria, todos os filhos possíveis.

Os números corroboram: é a partir dos anos 60/70, com o advento da contraceção oral, mas também da entrada cada vez mais expressiva das mulheres no mercado de trabalho, que a fecundidade mergulha. Das transformações enormes que ocorreram na sociedade ocidental/portuguesa e que influíram na fecundidade, a mais relevante é, sem dúvida, o progressivo igualitarismo de estatutos formais e informais de mulher e homem. Isto assente, se se considerar que o actual número de nascimentos no Ocidente é um problema, talvez não seja muito inteligente falar de “culpa” ou de “egoísmo” das mulheres. É como erguer uma barragem contra o Pacífico. Estudos recentes, aliás, demonstram que um dos óbices a uma mais elevada natalidade nas sociedades desenvolvidas é precisamente esse discurso que as penaliza e essa mentalidade que as sobrecarrega. Porque, na verdade, o contra-senso de que falo no início deste texto não

(*)

Grande repórter do Diário de Notícias desde 2004.
É colunista do mesmo jornal desde 2005.



o é no que respeita às mulheres: o seu bem-estar económico e o seu conforto varia na proporção inversa do número de filhos. O salário mais baixo que o dos homens está relacionado com terem ou poderem tê-los; a maior taxa de pobreza é a das famílias monoparentais, na maioria constituídas por mãe e filhos. Ter filhos é, do ponto de vista do bem-estar das mulheres, uma decisão irracional. E enquanto assim for, a situação só vai piorar no que à fecundidade respeita: mais e mais mulheres vão adiar os filhos ou decidir não os ter.

Claro que há outros motivos de peso para que os ocidentais, e os portugueses em especial, tenham poucos filhos. Desde o número crescente de horas que as pessoas trabalham ao preço e disponibilidade de casas que permitam acomodar várias crianças, até ao fim da noção de “emprego para a vida” e consequente imprevisibilidade económica associada.

Ah, dir-se-á, “dantes” as pessoas tinham os filhos e depois logo se via! Sim. Mas alguém quer regressar a um tempo em que não se pensava, e muito menos no respectivo bem-estar, antes de os ter? Ter em conta as condições necessárias para se criar um filho, incluindo saber se se é adequado, psicológica e emocionalmente, para a parentalidade não é, decerto, egoísmo. É responsabilidade. Nem todos damos boas mães e bons pais. É bom que nos interroguemos sobre. Uma sociedade adulta e civilizada distingue-se também por isso, como pela noção de que um país não está só e de que o mundo está sobrepovoado e cheio de crianças que ninguém quer. Egoísmo não será, então, preocuparmo-nos mais com a realização pessoal que é ter um filho, com a transmissão dos nossos genes e eventuais “purezas” nacionalistas que com o dever do mundo?





MIGUEL OLIVEIRA DA SILVA^(*)

PARENTALIDADES TARDIAS E INFECUNDIDADE: MAIS VALE TARDE DO QUE NUNCA?

A maternidade tardia (idade materna superior a 35 anos) tem significativas desvantagens e custos no plano biológico e médico para o recém-nascido e respectiva mãe.

E, no entanto, com honrosas excepções (França, Suécia), acentua-se paulatinamente a tendência na generalidade do mundo ocidental em se adiar a reprodução, tendo-se o primeiro filho cada vez mais tarde (30 anos em Portugal).

A decisão (às vezes nem tanto...) pessoal e familiar em se ter o primeiro filho é a resultante de um acervo de factores parcialmente interdependentes: desejo (biológico e espiritual), carreira e estabilidade profissional, salário, casa, logística, apoios domésticos, creche acessível e próxima, acaso.

Do ponto de vista científico não há quaisquer dúvidas sobre as vantagens biológicas na maternidade ao longo da terceira década de vida, antes dos 30 anos: prevenção primária e redução da incidência de cancro da mama, muito baixa incidência de gravidez de alto risco e suas complicações (hipertensão, diabetes, parto pré-termo, obesidade, hemorragia pós-parto), ovócitos de qualidade, raras cromossomopatias fetais, menor taxa de cesarianas e de partos distócicos, excelente saúde mental da díade mãe-filho.

E, no entanto, pergunta-se: ao decidir-se adiar a gravidez ou, nas voltas do acaso, aceitar-se ou recusar-se uma gravidez não planeada, quantas mulheres estão verdadeiramente informadas e conhecedoras sobre as desvantagens e riscos biológicos – para a mãe e recém-nascido – da maternidade tardia?

Dir-se-á que a Biologia não é tudo.

E que o Homem, ser co-criador, tem o direito em adaptar a sua biologia à técnica, à sua realização profissional, familiar, social, espiritual, num projecto de vida que se deseja harmonioso, pensado, desejado.

(*)

Professor Catedrático da FMUL, obstetra-ginecologista no HSM.



Mas a verdade é que o desejo de maternidade e paternidade, o número de filhos e o momento em que os queremos ter, antecede no tempo e supera em número a respectiva realização na esmagadora maioria dos casos: desejamos ter mais filhos e tê-los mais cedo.

A solução pode passar muito pontualmente pela congelação dos gâmetas ainda jovens (sémen e ovócitos) enquanto indicação social (não confundir com indicação médica estrita), para posterior utilização e minimização de riscos genéticos em gravidezes futuras obtidas necessariamente por PMA (FIV ou ICSI).

Mas tal gravidez não pode ser 100% assegurada a quem congela os gâmetas (a taxa de recém-nascidos não será superior a 40%), e o útero e o organismo materno vão sempre envelhecendo: a gravidez numa mulher com mais de 35 anos não deixará de ser de alto risco por os gâmetas terem sido congelados quando ainda eram jovens. Já sem falar nos custos económicos desta tecnologia, na iniquidade no seu acesso e na indefinição no quadro actual das consultas do SNS a este respeito.

Importa que as políticas públicas na área da Saúde Reprodutiva, sem se recusarem inovações tecnológicas no que elas têm de enriquecimento de projectos de vida familiar, não continuem inteiramente ao serviço das sucessivas tecnologias inovadoras, dispendiosas e responsáveis pela crescente iniquidade no respectivo acesso e retardar da maternidade.

Há que debater e promover a verdadeira informação também a montante, desde o ensino secundário, não considerando o adiamento progressivo da parentalidade como um dado sociológico inevitável, adquirido, irreversível, antes investindo em concertadas políticas económicas, sociais, fiscais, de apoio efectivo aos jovens casais e jovens famílias que querem ter filhos.

Sem se ser escravo da sua biologia, também aqui, como se lê no Eclesiastes, há um tempo próprio (khairós) para tudo.



18 MAIO 2016 | 15.00 | DEBATE

AUDITÓRIO 3 DA NOVA MEDICAL SCHOOL
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

MENOS É MAIS?

FILHO ÚNICO

MODERADORA: GRAÇA FRANCO

COM: FÁTIMA BARROS, ISABEL FEIO, MÁRIO CORDEIRO,
PEDRO TELHADO PEREIRA E MARIA FILOMENA MENDES



Segundo o Inquérito à Fecundidade de 2013, embora mais de metade das pessoas espere finalizar o seu período reprodutivo com dois filhos, o filho único está a adquirir grande relevância.

Portugal é um dos países da União Europeia com maior percentagem de primeiros filhos (para as mulheres) no total de nascimentos.

A transição para o segundo filho depende de inúmeros outros factores, para além dos financeiros. Por exemplo, esta decisão pode estar condicionada à possibilidade de uma maior presença do pai junto dos filhos pequenos e à partilha com a mãe das responsabilidades domésticas e familiares.

Mais uma criança compromete o quê e é um benefício para quem?

MENOS É MAIS?

FILHO ÚNICO

PADRÕES E TENDÊNCIAS DOS NASCIMENTOS
E DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

FILHO ÚNICO. QUANTIDADE E QUALIDADE: MENOS É MAIS?

A opção pelo filho único está no horizonte de um quarto da população residente em Portugal.

A idade ao nascimento do primeiro filho é um dos determinantes mais importantes na explicação para a fecundidade realizada de filho único, sendo que quanto maior for a idade da mãe ao nascimento do primeiro filho, maiores serão as possibilidades de não se ter prosseguido para um segundo filho.

(...) o efeito da idade ao nascimento do primeiro filho depende do nível de escolaridade dos indivíduos, sendo que, regra geral, quanto mais tardia for a idade ao nascimento do primeiro filho, menores serão as possibilidades de se esperar ter mais um filho.

No grupo de indivíduos com idades entre os 30 e os 39 anos verifica-se que as mulheres são mais susceptíveis de terem apenas um filho, apresentando ainda maiores possibilidades de findarem o seu período reprodutivo com apenas esse filho.

Entre os que se deverão ficar pelo filho único, apenas uma fracção muito reduzida considera que o filho único seja a descendência ideal para uma família, sendo de salientar que cerca de 3 em cada 4 indivíduos referem que o ideal para uma família é terem dois filhos.



FÁTIMA BARROS^(*)

FILHO ÚNICO: ESCOLHA OU CONDIÇÃO

Há uns anos atrás visitei uma das melhores escolas de gestão da China, em Xangai. Fazia parte dessa visita uma reunião com alunos da escola, cerca de 12. Como sempre nestes casos, a reunião foi interessantíssima, aprendi imenso sobre a forma como estes jovens vivem e o que pensam. Num determinado momento perguntei quem é que tinha um irmão ou uma irmã. Apenas uma aluna levantou o braço e explicou que tinha um irmão mas era originária da Mongólia, uma região autónoma sob a soberania chinesa. Mais tarde repeti a mesma pergunta numa reunião com um grupo de professores mais jovens. De novo eram todos filhos únicos. Embora conhecendo a política do filho único na China, imposta administrativamente em 1978 com a finalidade de conter o crescimento desenfreado da população, não pude deixar de ficar chocada: como é viver numa comunidade onde o conceito de família se tornou conhecida por 4-2-1, já que uma criança, filha de pais também eles filhos únicos, é o centro de atenções de 6 pessoas: os pais e os quatro avós. Primeiro desapareceu o conceito de irmão/irmã e, em seguida, o de primo/prima, já que os pais também são filhos únicos. Obviamente, mais tarde estes filhos únicos terão de suportar, sozinhos, o fardo de apoiarem os pais na velhice.



Nas sociedades ocidentais assistimos a um aumento crescente da percentagem de famílias que têm um único filho. Vários fatores explicam este fenómeno: a participação cada vez mais intensa das mulheres no mercado de trabalho, o maior nível de escolarização, o aumento da idade para se ter o primeiro filho, a dificuldade em compatibilizar a carreira e uma família mais numerosa por falta de tempo e disponibilidade. Enfim, em todos estes fatores há um elemento comum: normalmente dependem da escolha dos indivíduos. Outras condicionantes há de natureza económica: criar e educar uma criança comporta custos elevados e muitas famílias acreditam que, dadas as restrições materiais, só conseguem educar convenientemente um filho; noutras circunstâncias os filhos constituem um *trade-off* à manutenção de um determinado nível de vida de que muitos não estão dispostos a abdicar. Frequentemente ter apenas um filho nem sequer é uma escolha, é uma condição: a crise económica e o desemprego afetam gravemente as camadas mais jovens da população que são, frequentemente, obrigadas a viver em casa dos pais até tarde, por não obterem o primeiro emprego, ou porque auferem salários muito baixos e, por isso, estão impossibilitadas de constituírem a família desejada.

(*)

Presidente da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)
e professora na CATÓLICA LISBON School of Business and Economics.

Do ponto de vista da economia a tendência para o filho único tem como primeiro impacto o envelhecimento da população e o desequilíbrio entre gerações: a percentagem de população ativa diminui tendo como contrapartida do aumento da percentagem de reformados, situação agravada pelo aumento da longevidade.

Há certamente muitos trabalhos de especialistas que explicam o impacto no desenvolvimento da criança que cresce num ambiente de adultos, sem ter irmãos com quem desenvolva o conceito de partilha e com quem tenha de disputar a atenção dos pais.

Aparentemente não há evidência de que filhos únicos tenham, necessariamente, um pior desempenho quando comparados com crianças que têm um ou mais irmãos.

Porém, é inevitável que no futuro estas crianças tenham de apoiar sozinhos os pais, cuja esperança de vida será cada vez maior. Só por si, este já é um fator de grande pressão, sobretudo quando associado a um Estado-providência que enfrenta o risco de falência do sistema de segurança social.

À medida que a percentagem de famílias com apenas um filho vai aumentando, há uma alteração da estrutura social devida à redução da dimensão da família nuclear e, inevitavelmente, à diminuição da família alargada que é um elemento de suporte subsidiário da família nuclear. Assim, os filhos únicos tenderão a tornar-se jovens adultos que dependerão mais de si próprios.

A tendência do filho único parece ser uma consequência inevitável dos tempos que vivemos. Mas ainda estamos a tempo de aprender com a experiência chinesa, não permitindo que os nossos filhos e netos se transformem em "pequenos imperadores".





ISABEL FEIO^(*)

FILHO ÚNICO. QUANTIDADE E QUALIDADE.

Começamos pelo anátoma do filho único: o mimado, o que não sabe partilhar o que é seu. O filho único é muitas vezes discriminado e motivo de gozo por parte de quem tem irmãos; quanto mais não seja, por ser mais fácil gozar com quem (nos) é diferente; abrindo com isso espaço a atitudes discriminatórias e intolerantes.

E se vos disser que o filho único apresenta uma autoestima e desenvolvimento cognitivo superiores às crianças com irmãos? Que costuma apresentar um nível intelectual superior ao normal para sua idade? Que pode tornar-se num adulto com maior probabilidade de sucesso?

Há uma tendência para os pais desenharem o destino dos seus filhos.

No caso do filho único fica mais difícil escapar ao guião há muito escrito e inscrito nas expectativas dos pais. De modo a evitar a superprotecção, pais e filhos devem aprender a distinguir e implementar a fronteira entre protecção saudável e doentia. Sempre que há dificuldade em estabelecer limites surge um modelo de relação confusional.

O filho único acaba vítima de excesso de atenção, não sabe lidar com a frustração, com a adversidade, com o não. Torna-se demasiado dependente, aprendiz de soluções ditadas por terceiros, sem iniciativa ou resiliência – problemas que, se não resolvidos na infância, tornar-se-ão numa barreira ao seu bem-estar e dificuldade acrescida na vida adulta.

Ao moderarem a protecção em relação ao filho, os pais não só potenciam a sua autoconfiança, como contribuem para uma relação gratificante e saudável com os demais. O estabelecimento de limites ajuda a criança a aprender a dividir tempos, espaços, afectos e a aguardar pela sua vez.

O mais difícil em não ter irmãos, é não ter em casa alguém de idade próxima com quem brincar, conversar, partilhar medos, cumplicidades, raivas e razões de felicidade que devem manter-se afastadas da esfera dos pais. Não tendo irmãos, tudo tem de ser feito de forma isolada e solitária. Tem de ser ele próprio a desbravar caminho, a encontrar forma de reciclar raivas, injustiças e a guardar segredos por vezes difíceis de gerir.

(*)

Licenciada em Matemáticas Aplicadas e em Psicologia Clínica.
É colunista da Associação Capazes e gestora na área de reabilitação urbana.



Mas se é verdade que terão de travar menos batalhas pela conquista de espaço e atenção dos pais, não é menos verdade que lhes poderá faltar companhia e apoio nos piores momentos da relação com os pais. Porém, ao aprender a lidar sozinho com um turbilhão de emoções e dificuldades, a sua socialização sairá tão mais favorecida quanto maior o grau de independência e autonomia incutida pelos pais. Se estes o incentivarem, a sua determinação, persistência, criatividade e capacidade de entrega ao outro serão as suas maiores características. Se verificadas as premissas promotoras de um desenvolvimento saudável, o filho único demonstrará – qualquer que seja a sua carreira ou vida relacional – níveis de dedicação muito além do normal.

O lado mais sombrio do filho único está no envelhecimento. Se a infância e a adolescência são fases transitórias, ser filho único é um estado ao longo de toda a vida. Na fase adulta é forçado a lidar sozinho com a prestação de cuidados e perda dos pais. E se é pesado não ter com quem dividir esse apoio, mais pesado é não ter com quem partilhar a (igual) dor no momento da perda – dor que só um irmão pode sentir de forma igual e simultânea. Haverá maior dor do que a dor de não ter com quem partilhar a maior de todas as dores?

Ser filho único é aprender a viver com todas estas contradições: as suas e as dos outros. É apreender a forma como ele próprio se vê e o modo como os outros o olham. Ser filho único não é um drama. Ser filho único facilmente se torna numa fatalidade de oportunidades.

Surge por vezes a questão: “O que será melhor? Crescer sozinho rodeado de brinquedos ou com menos brinquedos mas com irmãos?” Esta é a questão que atravessa a vida do filho único. Questão para a qual jamais obterá resposta – nem que fosse para chegar à conclusão de que, afinal, não há nada como ser filho único.





MÁRIO CORDEIRO^(*)

FILHOS ÚNICOS - UMA QUESTÃO POLÉMICA?

Num momento histórico em que Portugal atinge a mais baixa natalidade – embora o fenómeno já se tenha iniciado há mais de 20 anos –, as dificuldades para um casal que deseja ter filhos são crescentes. Este fenómeno cria apreensão e têm sido vários os profissionais e instituições a chamar a atenção para as potenciais consequências.

Ter filhos deveria ser encarado como um fator positivo, a nível da família, da sociedade e da própria nação. Nem sempre o é. Os obstáculos e a (quase) desconfiança com que um filho é encarado – por parte de alguns sectores da sociedade –, culpabiliza, na prática, quem “tenha coragem” ou “caia na asneira” de ter uma criança. Todavia, que fique claro que a baixa da natalidade no nosso país é um “sintoma de responsabilidade” e não um gesto ao acaso ou um sinal de que os portugueses se amem menos, tenham menos relações ou façam mais interrupções de gravidez. O que acontece é que as pessoas pensam mais nas consequências e no efeito sistémico dos seus atos. Só isso...

E tão importante como isso. Os pais é que decidem se desejam, querem e podem ter filhos. Nada nem ninguém, seja o Estado, a família, os amigos ou até os outros filhos devem ter qualquer palavra sobre o assunto. É uma questão íntima e solitária de duas pessoas que avaliarão os seus desejos, pulsões, circunstâncias, contextos, oportunidades e vontades.



Nos anos sessenta, mais de metade das crianças que nasciam tinha mais de cinco irmãos. Hoje, quase dois terços são primeiros filhos. Há múltiplas explicações para este facto, desde as condições de vida e socioeconómicas até à questão da habitação, disponibilidade psicológica e de tempo, as exigências em termos educativos e de acompanhamento, etc. Para lá disso, as pessoas adultas, numa sociedade com o nosso nível civilizacional, têm uma vida que é constituída por um puzzle multifacetado que comporta “n” vertentes.

Muitas são, pois, as razões da parte dos casais. Assim como deve haver o direito a ter filhos, deve ser reconhecido o direito a não os ter, e não se devem emitir juízos de valor ou de carácter relativamente às pessoas que tomam uma ou outra decisão. São de mais difícil compreensão as constantes dificuldades a que os pais têm de fazer face no quotidiano, desde a legislação aos empregos, passando pelos infantários, impostos, preços dos produtos para crianças, apoio social ou abonos.

(*)

Pediatra. Professor de Pediatria.

Que dizer da insuficiente legislação no que respeita à licença de parentalidade, ao tempo para cuidados quando a criança está doente, aos ridículos abonos de família, à falta de descontos no IRS ou no Iva de artigos infantis, puericultura ou segurança infantil? Estes exemplos dizem bem da falta de interesse com que o Estado português encara as crianças, que têm dois handicaps: não votam e não produzem. Só com medidas globais, estruturais e concertadas será possível promover gerações saudáveis, garantir o cumprimento dos direitos humanos e promover bem-estar económico e social. Pese o muito que se tem feito, ainda há muito a fazer. Para lá de razões económicas existe também incapacidade de mudança da mentalidade de quem tem o poder.

Caminhamos para uma sociedade que quase parece desejar-se inimiga da sua própria sobrevivência – as crianças e os jovens. Há que fazer algo, mudar ideias e atitudes, reconhecer em cada criança, não um "mal necessário", mas sim uma vida cheia de potencialidades e um bem de valor incalculável. Além de reconhecer em termos de legislação os direitos, há que os levar à prática e garantir o seu cumprimento, a todos os níveis da sociedade.

Por outro lado, há que respeitar todos os que, por decisão pensada, informada, racional e até emocional, optam por não ter filhos. É um direito e não deverão ser olhados de soslaio, ou tidos como pessoas que, afinal, “estão a consumir não deixando prole para sustentar as nossas reformas”.

Respeitar a liberdade individual, sobretudo quando toca a assuntos íntimos e privados é a base de uma sociedade democrática e de respeito.





PEDRO TELHADO PEREIRA^(*)

FILHOS: QUANTOS MENOS... MELHORES SERÃO?

A Economia da População estuda as decisões que os indivíduos tomam, ao longo da sua vida, de modo a terem a máxima satisfação, dadas as restrições que enfrentam.

Assim, após atingirem a maioridade, têm de decidir se vão continuar a estudar e até que grau, se vão casar e quando (e se) vão ser pais e de quantos filhos. Estas decisões não têm de seguir uma ordem preestabelecida, no entanto, parece existir uma ordem que a maioria dos indivíduos segue, a qual é a que se apresenta acima.

Vou-me centrar apenas na decisão de se terem filhos e do seu número, pensando que o casal já passou por todas as outras decisões. Devo notar que o casal não só decide o número de filhos, mas também a qualidade de vida que quer dar a cada um deles.

Assim, existe a possibilidade de o casal maximizar o seu bem-estar tendo um só filho e dando-lhe uma qualidade que não poderia ter dado se tivesse mais filhos.

Os estudos empíricos mostram que é isto o que acontece: as famílias com menos filhos tendem a ter filhos com mais educação, se bem que em termos de saúde não pareça existir diferença significativa entre os filhos de famílias com um ou poucos filhos e de famílias com muitos filhos.



A representação gráfica tradicional do número de filhos em função do rendimento dos progenitores era um U, ou seja, as famílias de baixo rendimento e de altos rendimentos tinham mais filhos enquanto as de rendimento médio tinham menos filhos.

O que parece ter acontecido em Portugal é que o U se torna quase horizontal e num nível médio mais baixo, isto é, as grandes famílias deixam quase de existir, tendendo todas para uma família tipo com poucos filhos.

Que eu saiba, o estudo da qualidade dos filhos em função da dimensão da família está por fazer em Portugal, mas, dado os resultados de outros países, é expectável que os filhos tenham mais educação e, como os estudos mostram, em média, quanto mais alto o nível educacional de um indivíduo melhor a sua saúde, maior a sua participação social, maior a probabilidade de ter um emprego e maior o salário que aufera. Os indivíduos com mais alto nível educacional apresentam maiores níveis de literacia e numeracia e têm maior produtividade.

(*)

Professor Catedrático da Universidade da Madeira.

Apesar da redução drástica do número de filhos, as estatísticas da Educação (que são apresentadas todos os anos pela OCDE na publicação Education at a Glance) não mostram que Portugal já tenha chegado aos níveis educacionais dos outros países da OCDE, pois o nosso país apresenta uma das mais baixas percentagens de população dos 25 aos 64 anos que tem pelo menos o secundário completo. Apenas 43% dos portugueses nesta faixa etária possuem este nível de educação, ou seja, menos do que um em cada dois indivíduos o tem, enquanto na média dos países da OCDE mais de três em cada quatro indivíduos possuem este grau (76%).

Mesmo para os jovens adultos dos 25 a 34 anos em 2014 (jovens nascidos após a Revolução de 1974 e o período revolucionário que se seguiu e já num período de redução da fecundidade), só 65% deles possuem o secundário completo, ficando aquém da média para os países da OCDE em 20 p.p. (pontos percentuais) e muito longe da quase totalidade da população jovem com este nível de ensino, como é apresentado por 12 países com taxas superiores a 90%. No entanto, este grupo apresenta o segundo maior aumento em relação ao grupo dos 55 aos 64 anos, mais de 40 p.p., o que pode indicar que a redução do número de filhos levou a um aumento da sua qualidade (o maior aumento foi da Coreia que passou de 54% para 98%).

O aumento da qualidade dos jovens pode compensar a redução do seu número no que se refere à sustentabilidade do modelo social existente em que a geração jovem paga as reformas/pensões da geração mais idosa, isto porque a maior produtividade que irão ter, vai-lhes permitir viverem tão bem como a geração anterior e ainda terem disponibilidade para suportar os custos das reformas/pensões. Muito pior estaríamos com uma população jovem mais numerosa, mas sem qualidade que nem conseguisse produzir o suficiente para o seu sustento!





24 MAIO 2016 | 15.00 | DEBATE
AUDITÓRIO 3 DA NOVA MEDICAL SCHOOL
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

QUEM MANDA TER FILHOS?

HOMENS E MULHERES NO MOMENTO DA DECISÃO

MODERADORA: MARIA FLOR PEDROSO
COM: JOÃO MIGUEL TAVARES, LUÍS AGUIAR-CONRARIA,
MARIA DO CÉU MACHADO, VANESSA CUNHA
E MARIA FILOMENA MENDES



Segundo o Inquérito à Fecundidade de 2013, tanto os homens como as mulheres esperam vir a ter mais filhos do que aqueles que na realidade têm. Mas será que na realidade ser-se homem ou mulher é irrelevante, no quadro da sociedade portuguesa, quando se trata de um assunto em que ambos têm uma palavra na decisão final?

Em assuntos de fecundidade, muitas diferenças entre mulheres e homens podem assinalar-se. Entre estas, os aspectos relacionados com o mercado de trabalho e com as responsabilidades parentais figuram como particularmente expressivas. Como tal, as dificuldades de conciliação entre trabalho e família podem fazer toda a diferença no momento de decidir ter filhos, caso se seja homem ou mulher.

QUEM MANDA TER FILHOS?

HOMENS E MULHERES NO MOMENTO DA DECISÃO

PADRÕES E TENDÊNCIAS DOS NASCIMENTOS
E DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL

HOMENS E MULHERES NO MOMENTO DE DECIDIR. QUEM MANDA TER FILHOS?

As mulheres demonstram uma transição mais precoce para a maternidade (...). Porém, para o grupo dos indivíduos mais velhos, as diferenças entre o comportamento dos homens e das mulheres atenuam-se.

Para indivíduos entre os 18 e os 39 anos, podemos concluir que as possibilidades de estes esperarem ter mais um filho aumentam para as mulheres com níveis de escolaridade superior. Se, para a fecundidade realizada, as mulheres com níveis de escolaridade mais baixos têm um maior número médio de filhos, quando consideramos a fecundidade final esperada são aquelas com níveis de escolaridade superiores que apresentam mais possibilidades de esperarem vir a ter no final da sua vida reprodutiva uma maior fecundidade.

A experiência de conjugalidade é um elemento central para os planos reprodutivos dos residentes em Portugal. O facto de até aos 36 anos de idade não se ter casado nem coabitado favorece a que homens e mulheres não tenham nem planeiem vir a ter filhos.

(...) um homem que não trabalha a tempo inteiro tem uma possibilidade mais elevada de não desejar ou de não ter desejado ter filhos. No caso das mulheres, a sua participação no mercado de trabalho não influencia o desejo de virem a ser mães.

De modo geral, os homens e as mulheres, com e sem filhos, tendem a ter a mesma opinião sobre:

- A importância de se terem ou não filhos para a sua realização pessoal, ou seja, se “uma mulher e um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados”;
- As implicações para a fecundidade do adiamento da maternidade, ou seja, sobre se “o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social activa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos” e sobre o facto de “algumas mulheres adia(re)m o nascimento do primeiro filho ou de um filho e acaba(re)m por desistir tendo em conta a sua idade”;
- As relações com os filhos alicerçadas numa maior autonomia feminina, i.e., “uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa” e “uma mulher pode criar um filho sozinha sem querer ter uma relação estável”.

Mais de 80% dos homens e mulheres com e sem filhos concordam que: “O desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social activa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos”; “Algumas mulheres adiam o nascimento do primeiro filho ou de um filho e acabam por desistir tendo em conta a sua idade”. (...). Mais de 70% das mulheres concordam que “uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação com os seus filhos tão boa como uma mãe que trabalha em casa”, sendo essa percentagem 10 pontos percentuais inferior junto dos homens (74% das mulheres e 6% dos homens).





JOÃO MIGUEL TAVARES^(*)

HOMENS E MULHERES NO MOMENTO DA DECISÃO: QUEM MANDA TER FILHOS?

Mandam elas. Ou melhor (que é preciso ter cuidado com as palavras nos dias que correm): mandam sobretudo elas. Pela simples razão de que as mulheres têm do seu lado os três trunfos mais importantes na hora de se tomar uma decisão. O trunfo biológico: desde a invenção da pílula, a mulher só é mãe se assim o desejar. O trunfo cultural: desde a invenção da família, a mulher só não manda na vida doméstica se não quiser.

O trunfo moral: desde a invenção do mundo, é a mulher quem tem de suportar o maior peso da decisão de ter um filho – é sua a barriga onde ele cresce, é seu o sofrimento durante o parto, é sua a tarefa da amamentação, é nas suas costas que recai o maior impacto do nascimento de um bebé, tanto a nível emocional como profissional.

Por isso, quem mais sofre e quem mais pena é quem tem mais direito a mandar na decisão de ter um filho. E não, juro que isto não é um processo de alienação dos meus deveres parentais. Estou do lado de quem acredita que há ainda um longo caminho a percorrer na questão da igualdade entre homens e mulheres. Julgo apenas que nesse necessário e meritório combate cultural convém não terraplanar certas diferenças biológicas (ainda pensei em escrever “diferenças naturais”, mas temi ser maltratado) que são próprias da espécie e não vejo forma de serem removidas. Ou seja, enquanto as mulheres possuem útero e os homens não, e enquanto os bebés crescerem em úteros e não em mochilas que possamos transportar às costas, independentemente dos sexos, não me parece que, no campo da fecundidade e da gestação, uma genuína, pura e milimétrica igualdade venha algum dia a ser possível. Logo, elas mandam.

O meu caso pessoal, no entanto, é um pouco sui generis, porque, devido a uma mistura de desleixo e problemas com métodos contraceptivos, eu e a minha mulher acabámos com quatro filhos não planeados. Eles foram aparecendo meio por acaso, o que leva toda a gente a tirar uma de duas conclusões: 1) que eu sou do Opus Dei; 2) que eu sou muito estúpido. Posso garantir que 1) não é verdade, mas não posso garantir que 2) seja mentira. Até porque há estudos que garantem que as pessoas mais inteligentes são as que querem ter menos filhos, e há estatísticas que provam que o desejo de não ter filhos aumenta com o nível de educação do casal.

(*)

Jornalista e colunista.



São estudos e estatísticas muito interessantes. Porque não só demonstram que a melhor forma de se controlar o excesso de população no planeta é educar as pessoas, como desmonta essa extraordinária balela que é afirmar que os portugueses têm poucos filhos somente porque não têm suficiente apoio do Estado e passam dificuldades económicas. Não, meus senhores. É exactamente o contrário disso. Os portugueses não têm poucos filhos porque são pobres. Os portugueses têm poucos filhos porque são ricos. Foi no ocidente anglo-saxónico que se inventou a expressão *childfree people* – gente que assume não querer crianças na sua vida. E não quer porquê? Não quer porque a vida é excelente sem elas.

Sim, a vida é excelente sem elas, como sabe qualquer pessoa inteligente, com algum dinheiro e um bom nível de educação. Consigo lembrar-me de tanta coisa divertida para se fazer sem filhos, tal como me consigo lembrar (com pesar) de uma enorme quantidade de coisas divertidas que deixamos de fazer quando temos filhos. No mundo burguês, saudável, globalizado e endinheirado do século XXI ter filhos não é uma decisão racional. Ter filhos era uma decisão racional em 1816, quando precisávamos de braços para trabalhar. Em 2016, ou é uma decisão biológica (no sentido “natural” de “relógio biológico”), ou é uma decisão espiritual, em função de uma ideia metafísica de sentido para a vida, seja ela religiosa ou não. Racional é que não é. E como cada vez há mais gente inteligente, há cada vez menos filhos. E assim continuará a ser, com excepção de uma ou outra família pouco esperta, como a minha.





Luís Aguiar-Contraria^(*)

HOMENS E MULHERES NO MOMENTO DA DECISÃO: QUEM MANDA TER FILHOS?

Com a emancipação feminina, a grande maioria das mulheres quer seguir uma carreira e está disposta a sacrificar, pelo menos até certo ponto, a vida familiar à sua carreira. A idade com que as mulheres têm filhos aumentou. O custo de oportunidade de uma gravidez para a carreira de uma mulher jovem é demasiado. Havendo alguns estudos que mostram que a progressão profissional da mulher tende a estagnar a seguir à maternidade, faz todo o sentido que esse passo seja adiado até ao limite. Por isso é cada vez mais comum verem-se trintonas a ter a sua primeira criança e quarentonas sem filhos.

Quem decide ter filhos, o homem ou a mulher? Num certo sentido, a resposta é óbvia, quer um quer outro têm poder de veto. Habitualmente, ter um filho é uma decisão a dois. Assim, parece-me, a pergunta mais interessante é outra: quem tem mais motivos para recusar ter filhos (ou pelo menos, para adiar a decisão de os ter)? Nas condições actuais, é a mulher. É sobre ela que recai o maior custo. Claro que há custos inevitáveis. Obrigatoriamente, é a mulher que está grávida nove meses. Mas, além disso, também se espera que a licença de parentalidade seja maioritariamente exercida pela mulher. Adicionalmente, nos primeiros anos de vida de uma criança, as consultas médicas são uma constante e é sobre a mulher que recai essa tarefa, pelo menos a maioria das vezes. O trabalho doméstico aumenta exponencialmente, sobrecarregando, principalmente, a mulher.



Tudo isto tem reflexos no local de trabalho. Se for necessário ficar até mais tarde, uma mulher com filhos tem mais dificuldades. Se a criança deu uma má noite, é a mulher que estará exausta no dia seguinte. Ao contrário do que muita gente parece pensar, não há supermulheres. Esta realidade tem consequências no local de trabalho. Por exemplo, Yana Gallen (Northwestern University), na sua tese de doutoramento *The Gender Productivity Gap* sobre o mercado laboral na Dinamarca (um país bem mais paritário do que o nosso), concluiu que mulheres e homens sem filhos têm produtividades laborais iguais, mas que uma mulher com filhos tem uma produtividade substancialmente inferior à dos homens. Ora, se as mulheres sem filhos são tão produtivas como os homens, conclui-se que, em igualdade de circunstâncias, as mulheres e os homens são igualmente produtivos no local de trabalho. Sendo as mães menos produtivas que os pais, conclui-se que a produtividade laboral das mulheres sofre com a maternidade. Já a paternidade não afecta os homens.

(*)

Professor de Economia na UMinho.

Tendo a queda da natalidade coincido, pelo menos em parte, com a emancipação laboral da mulher, fica a sugestão de que tal aconteceu porque as mulheres estão menos disponíveis para terem filhos. Ou seja, se queremos aumentar a natalidade, em primeiro lugar temos de reduzir os custos da natalidade que recaem sobre a mulher, mesmo que isso implique aumentar os custos que recaem sobre o pai. Há, parece-me, dois corolários lógicos a retirar desta argumentação:

1. Para se aumentar a taxa de natalidade, as mulheres têm de redescobrir o prazer de ficar com as lides domésticas e sentirem-se realizadas com o papel de mães.
2. Alternativamente, a sociedade tem de evoluir para uma maior partilha entre homens e mulheres.

Pondo de parte a primeira hipótese, um retrocesso civilizacional, sobra a segunda. Tal implica separar o que é o papel que apenas à mãe pode pertencer, dos papéis que podem ser partilhados. A gravidez e suas potenciais complicações são da mãe (podendo, o homem, na melhor das hipóteses, dar uma ajuda). O primeiro mês de parentalidade deve ser da mãe, que necessita de recuperar da gravidez e do parto. Tudo o resto deve ser paritário. Isto aplica-se, nomeadamente, quer ao restante tempo de licença de parentalidade, como a dispensas para levar as crianças aos médicos.

É este caminho uma garantia para aumentar a natalidade? Alguma investigação assim o sugere. Matthias Doepke e Fabian Kindermann (Northwestern University e Universität Bonn), em *Bargaining over babies: Theory, Evidence, and Policy Implications*, concluem precisamente isso. Em países desenvolvidos, a partilha de tarefas doméstica é um determinante chave na decisão de ter filhos: quanto mais paritária, maior o número de crianças que nascem.

Sendo Portugal, de acordo com dados da OCDE, o país do mundo desenvolvido ocidental aquele que menos paritário é na divisão de tarefas domésticas – com as mulheres a suportarem mais de 75% desse trabalho –, não parece surpreendente que tenhamos das mais baixas taxas de fertilidade do mundo.





MARIA DO CÉU MACHADO^(*)

HOMENS E MULHERES NO MOMENTO DA DECISÃO: QUEM MANDA TER FILHOS?

Charles Darwin revolucionou a compreensão do mundo animal, com base na selecção natural, argumentando que a natalidade é um mecanismo de controlo que regula o equilíbrio entre novos organismos e a sobrevivência adequada aos recursos disponíveis. Contudo, o ser humano atingiu uma fase evolutiva que lhe permite modelar a sua própria fertilidade. E quem é responsável por essa modulação, homens ou mulheres?

A queda da natalidade é paralela a maiores níveis de educação e de participação das mulheres no mercado de trabalho e respectivas implicações no equilíbrio dos tempos de família e de trabalho, que são factores femininos, tal como o acesso à contracepção oral.

Num estudo realizado em 3585 estudantes universitários (Machado, M.C., 2014), com uma mediana de idades de 22 anos, a intenção de parentalidade (85,7%) é superior à de casamento/união de facto (71%) e 79,6% planeiam 2 ou 3 filhos. Identificam a estabilidade de emprego e do casamento como factores determinantes mas as raparigas referem como essencial a segurança financeira, para se proporcionar uma boa educação e saúde, e os rapazes, “a vontade da parceira”.



São mais as raparigas que referem vantagens em se terem filhos, em que sobressaem os aspectos afectivos, como a alegria e a felicidade do casal e o filho como instrumento de união, e são os rapazes que mais referem desvantagens, como o aumento das preocupações e responsabilidades e a falta de tempo para si próprio.

Nos países desenvolvidos, a primeira gestação é cada vez mais tardia, seja por opção ou circunstância. Para além dos estilos de vida e das escolhas profissionais já referidas, pode ser consequência directa duma contracepção eficaz e da terapêutica da infertilidade (Kausar, S., 2006).

Há diferenças entre a família desejada e a real mas, apesar de tudo, 42% das mulheres e 48% dos homens com mais de 25 anos alcançam as expectativas criadas.

(*)

Professora de Pediatria da Faculdade de Medicina de Lisboa;
Directora da Pediatria do Hospital Santa Maria; Ex Alta Comissária da Saúde.

Os que não as atingiram, referem mecanismos de controlo compensatórios, primários ou secundários, em situações como mudança de parceiro, oportunidade de mais educação ou carreira e emprego em risco que determinaram um ajustamento dos planos. As mulheres justificam desvios do cenário familiar esperado, por não encontrarem o parceiro ideal ou viverem uma carreira interessante e promissora (Liefbroer, A., 2009).

A decisão da parentalidade é condicionada pelas conjunturas socioeconómicas e pela opção do casal, mas um factor importante a considerar é uma aparente diminuição da fertilidade biológica devida ao adiamento da idade da primeira gestação e que vai também diminuir a probabilidade de se ter mais do que um filho (Joffe, M., 2009).

No século XXI, ter filhos é uma opção racional do casal e não uma obrigação geracional, mas sem dúvida que a mulher tem cada vez mais um papel preponderante na decisão.





VANESSA CUNHA^(*)

(DES)ENCONTROS NO MOMENTO DA DECISÃO: A NEGOCIAÇÃO CONJUGAL DAS ESCOLHAS REPRODUTIVAS

O declínio da fecundidade marca a demografia portuguesa contemporânea e contribui para a intensa transformação da estrutura da população. É consensual que este declínio resulta do efeito combinado do adiamento estrutural da maternidade (e da paternidade) e da diminuição do número de filhos. É certo que estas tendências se agudizaram em anos recentes, em resposta à crise e à austeridade que conduziram à deterioração das condições favoráveis à natalidade (como atesta a dramática queda de nascimentos a partir de 2009). Mas importa não escamotear que estas tendências, há muito consolidadas, refletem uma mudança de paradigma reprodutivo que é cúmplice da estabilização da fecundidade em níveis relativamente baixos, na medida em que está ancorado em pressupostos que balizam fortemente os comportamentos reprodutivos.

Que pressupostos são esses? Antes de mais, uma abstração de família afetiva e relacional, garante do bem-estar (em sentido lato) dos seus membros e em particular de cada filho. Esta perceção de vida familiar, que tem a criança como alvo privilegiado de investimento, com elevados custos diretos e indiretos para os pais, encontrou no ideal dos dois filhos a fórmula para se expressar. Há já várias décadas que os inquéritos à população testemunham, pelo menos nos países europeus, a ampla predisposição para este ideal. Assim é, mais uma vez, no Inquérito à Fecundidade 2013, a última auscultação à população portuguesa que se realizou no ano em que fecundidade e natalidade atingiam mínimos históricos. Este ideal afigura-se, portanto, uma meta remota que se procura atingir quando certas condições estão acauteladas, como sugere a magnitude do adiamento do segundo filho e da efetiva diminuição de segundos nascimentos desde os anos 80.

Outro pressuposto é que as trajetórias reprodutivas emanciparam-se dos ditames e das contingências que tradicionalmente as regulavam, passando a resultar de decisões orientadas pelo primado da escolha. Este empoderamento na construção das biografias reprodutivas ocorreu no quadro da modernização e da laicização da sociedade portuguesa. Mas só foi possível com a consagração gradual de direitos reprodutivos (à contraceção, à IVG segura e à procriação medicamente assistida) que vieram permitir materializar as escolhas.

(*)

Socióloga, investigadora auxiliar do ICS-ULisboa.



Se é num novo quadro de valores e possibilidades que as decisões reprodutivas têm lugar, é ainda no âmbito da conjugalidade que elas ocorrem, apesar da maior instabilidade da vida em casal, como as estatísticas atestam. Para homens e mulheres, ter filhos continua a fazer sentido enquanto projeto a dois, pelo que as decisões reprodutivas são, em regra, concertadas em casal. É certo que durante muito tempo o papel dos homens nas decisões e nos comportamentos reprodutivos esteve ausente da literatura e ainda é invisível na análise demográfica, pelo que se tem imputado às mulheres as mudanças que aconteceram nesta esfera, tanto mais que é sobre elas que recai o ónus da contraceção e ainda grande parte das responsabilidades parentais, apesar da crescente participação masculina na vida familiar. Mas hoje é reconhecido que os homens são parte ativa nas decisões reprodutivas. Eles querem ter filhos, e idealmente dois, tal como as mulheres. Por conseguinte, o processo de negociação conjugal pode ser complexo e arrastado no tempo, pois nele se confrontam escolhas e preferências porventura desencontradas. Atualmente, o momento certo para se ter o primeiro filho, por um lado, e avançar ou não para o segundo filho, por outro, afiguram-se como as duas decisões nevrálgicas nas trajetórias reprodutivas dos casais, conduzindo a indecisões e a protelamentos no processo de negociação.

O adiamento destes dois nascimentos e a crescente incidência de filhos únicos retratam esta realidade. Mas nem sempre as decisões são concertadas. No momento de decidir, quando as escolhas reprodutivas se afiguram irreconciliáveis, os poderes desigualmente distribuídos no casal podem determinar a unilateralidade da decisão. O poder económico, em regra dos homens (mas nem sempre), e o controlo feminino da contraceção conjugal constituem, assim, os principais trunfos para se impor uma escolha individual na trajetória reprodutiva do casal.





QUEM MANDA TER FILHOS?

Saiba mais sobre o Mês da População em
www.ffms.pt/mesdapopulacao



Consulte também a obra digital
"Nascer em Portugal" em
www.ffms.nasceremportugal.pt

